

Demonstrações financeiras

AB Concessões S.A. e controladas.

31 de dezembro de 2018

AB Concessões S.A. e controladas.

Informações financeiras

31 de dezembro de 2018

Índice

Relatório sobre a revisão das informações intermediárias	1
Informações financeiras intermediárias	
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração do fluxo de caixa	09
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias	10

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Administradores e Acionistas da
AB Concessões S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da AB Concessões S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da AB Concessões S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações obtidas até a data deste relatório, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Auditoria dos valores correspondentes

O balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, referentes ao exercício findo nessa data, foram examinados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, contendo ênfase relativa a transações significativas com partes relacionadas, em 2 de abril de 2018.

Campinas, 27 de março de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Luís Alexandre Marini
Contador CRC-1SP182975/O-5

AB CONCESSÕES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017			31/12/2018	31/12/2017		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	48	17	466.490	296.575	Empréstimos e financiamentos	8	-	-	-	-
Contas a receber	4	-	-	67.919	63.958	Debêntures	9	-	-	560.255	412.060
Partes relacionadas	10	22.432	18.930	-	-	Fornecedores		2.277	3.228	72.243	103.680
Despesas antecipadas		-	-	-	2.724	Partes relacionadas	10	3.195	5.801	3.627	2.619
Impostos a recuperar		345	345	6.273	8.334	Obrigações fiscais		2.012	2.005	68.916	50.434
Instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	179.423	180.479	Credor pela concessão	12	-	-	11.799	22.426
Dividendos a receber	5	102.678	108.644	-	-	Obrigações sociais e trabalhistas		4.924	4.726	18.546	17.809
Outros ativos		1.181	1.028	16.292	5.382	Provisão para manutenção e investimentos	13	-	-	207.355	228.661
Total do ativo circulante		126.684	128.964	736.397	557.452	Contas a pagar com o poder concedente	4	-	-	-	405
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Debêntures com partes relacionadas	10	2.376.944	2.176.383	2.376.944	2.176.383	Instrumentos financeiros derivativos		-	-	34.005	-
Partes relacionadas	10	139.858	128.236	123.776	128.236	Dividendos a pagar	14	-	60.000	-	60.000
Contas a receber	4	-	-	61.280	47.522	Outras contas a pagar		119	104	27.653	26.569
Dividendos a receber	5	5.785	5.785	-	-	Total do passivo circulante		12.527	75.864	1.004.399	924.663
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	16.488	17.536	247.892	236.683	NÃO CIRCULANTE					
Impostos a recuperar		-	-	777	1.996	Empréstimos e financiamentos	8	-	-	-	45.045
Depósitos e bloqueios judiciais	12	6.703	5.555	238.584	185.660	Debêntures	9	-	-	2.160.157	2.091.607
Outros Ativos		250	-	25.223	-	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	12	1.297	-	128.137	42.278
Investimentos	5	2.211.404	2.375.106	-	13.340	Credor pela concessão	11	-	-	1.699	10.800
Imobilizado		1.732	2.391	1.789	2.448	Provisão para manutenção e investimentos	13	-	-	58.477	113.178
Intangível	7	3.642	5.340	3.276.861	3.659.191	Dividendos a pagar	14	155.062	136.702	155.062	136.702
Ativo Contratual	7	-	-	38.598	-	Debêntures com partes relacionadas	9	1.674.327	1.645.398	-	-
Total do ativo não circulante		4.762.806	4.716.332	6.391.724	6.451.459	Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	-	-	573.913	657.306
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social					
						Reserva de capital					
						Reservas de lucros					
						Total do patrimônio líquido					
TOTAL DO ATIVO						TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		<u>4.889.490</u>	<u>4.845.296</u>	<u>7.128.121</u>	<u>7.008.911</u>			<u>4.889.490</u>	<u>4.845.296</u>	<u>7.128.121</u>	<u>7.008.911</u>

AB CONCESSÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do período por ação, básico e diluído - em reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15	-	-	1.175.841	1.274.627
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	16	-	-	(527.954)	(630.778)
LUCRO BRUTO		-	-	647.887	643.849
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	16	(15.926)	(15.769)	(388.166)	(358.219)
Resultado de equivalência patrimonial	5	56.041	108.354	(29.422)	(17.763)
Outras receitas operacionais, líquidas	16	-	-	1.527	1.844
Total		40.115	92.585	(416.061)	(374.138)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		40.115	92.585	231.826	269.711
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	17	212.186	260.111	430.663	394.352
Despesas financeiras	17	(162.870)	(188.628)	(528.628)	(434.165)
		49.316	71.483	(97.965)	(39.813)
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		89.431	164.068	133.861	229.898
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	6	(11.078)	(19.750)	(151.157)	(204.125)
Diferidos	6	(1.047)	7.784	94.602	126.329
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		77.306	152.102	77.306	152.102
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	18	0,00	726,88		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AB CONCESSÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	77.306	152.102	77.306	152.102
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>77.306</u>	<u>152.102</u>	<u>77.306</u>	<u>152.102</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AB CONCESSÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Lucros retidos		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		738.653	1.791.622	28.084	312.995	-	2.871.354
Lucro líquido do período		-	-	-	-	152.102	152.102
Destinação do lucro:							
Reserva legal	15	-	-	7.605	-	(7.605)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15	-	-	-	-	(36.124)	(36.124)
Transferência para lucros retidos		-	-	-	108.373	(108.373)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		<u>738.653</u>	<u>1.791.622</u>	<u>35.689</u>	<u>421.368</u>	<u>-</u>	<u>2.987.332</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	77.306	77.306
Destinação do lucro:				3.865		(3.865)	
Reserva legal	15	-	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15	-	-	-	-	(18.360)	(18.360)
Transferência para lucros retidos		-	-	-	55.081	(55.081)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		<u><u>738.653</u></u>	<u><u>1.791.622</u></u>	<u><u>39.554</u></u>	<u><u>476.449</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>3.046.278</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AB CONCESSÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		77.306	152.102	77.306	152.102
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	6	12.125	11.966	56.555	77.796
Depreciação e amortização	16	2.927	3.164	437.235	406.331
Juros sobre debêntures ativas e mútuos com partes relacionadas	10	(84.366)	(84.922)	(212.183)	(260.108)
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros	17	-	-	262.359	264.979
Variação monetária e juros com credores pela concessão e contas a receber do poder concedente		-	-	1.786	(4.141)
Provisão para manutenção e investimentos, líquida do ajuste a valor presente	13	-	-	147.232	156.817
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	12	-	-	101.767	32.592
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4	-	-	416	7.277
Baixa do ativo intangível		-	-	169	3.278
Resultado de instrumentos financeiros não realizados	21	-	-	(4.379)	611
Resultado de equivalência patrimonial	5	(56.041)	(108.354)	29.423	17.763
Variações nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber de clientes, do poder concedente e de partes relacionadas		(3.501)	(15.161)	(17.127)	(14.877)
Impostos a recuperar		-	(1)	3.280	2.950
Despesas antecipadas e outros ativos		(403)	(65)	(33.409)	(735)
Depósitos e bloqueios judiciais		149	(3.884)	(52.924)	(121.346)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(11.039)	(27.009)	(6.832)	(1.334)
Obrigações sociais e trabalhistas		198	1.182	737	2.076
Obrigações fiscais		(1.254)	182	(11.418)	(2.901)
Provisão para manutenção e investimentos (utilização)	13	-	-	(209.517)	(103.933)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários (utilização)	12	-	-	(15.909)	(13.458)
Apropriação da outorga variável		-	-	23	70
Outras contas a pagar		18	3	1.084	(48)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(9.817)	(20.108)	(121.256)	(207.216)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(73.698)	(90.905)	434.418	394.545
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Dividendos recebidos		222.651	237.419	-	-
Aquisição de ativo imobilizado e intangível		(569)	(1.619)	(131.749)	(215.663)
Aumento de capital em controlada	5	(88.353)	(145.000)	-	-
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		133.729	90.800	(131.749)	(215.663)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Distribuição de dividendos		(60.000)	-	(60.000)	-
Debêntures:					
Captação		-	-	781.021	992.685
Pagamento de principal		-	-	(613.625)	(752.677)
Pagamentos de juros		-	-	(207.299)	(209.992)
Empréstimos e financiamentos:					
Captação		-	-	50.000	85.000
Pagamentos de principal		-	-	(95.000)	(85.000)
Pagamentos de juros		-	-	(3.669)	(12.755)
Liquidação de outorga fixa	11	-	-	(21.537)	(36.977)
Recebimento (Liquidação) de instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	37.355	(10.947)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		(60.000)	-	(132.754)	(30.663)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		31	(105)	169.915	148.219
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO					
		17	122	296.575	148.356
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO					
		48	17	466.490	296.575

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A AB Concessões S.A. (“Companhia”), sediada em São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, foi constituída em 16 de dezembro de 2011 e permaneceu sem atividades e sem registros contábeis até 29 de junho de 2012, quando recebeu, por conferência de bens, o investimento na controlada Triângulo do Sol Participações S.A.

A Companhia faz parte do grupo italiano Atlantia (“Atlantia”), um dos maiores em concessões rodoviárias do mundo. O Grupo Atlantia é o maior grupo no segmento de operação de rodovias da Itália que, em conjunto com suas subsidiárias internacionais, caracteriza-se por um dos maiores operadores do segmento no mundo.

A Companhia, após as reestruturações societárias ocorridas em 2015, passou a ser a controladora direta das seguintes concessionárias: Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. (“Triângulo do Sol”), Rodovias das Colinas S.A. (“Colinas”) e Concessionária da Rodovia MG050 S.A. (“Nascentes das Gerais”), e da empresa Solucionadora Conservação Rodoviária Ltda. (“Solucionadora”), além de deter o 50% da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (“Rodovias do Tietê”).

A seguir o objeto social das controladas diretas:

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. (“Triângulo do Sol”)

A Triângulo do Sol é uma sociedade por ações, situada no município de Matão, Estado de São Paulo, e iniciou as suas operações em 19 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem - DER., regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411, de 30 de outubro de 1997. Tem como atividade preponderante a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de São Carlos, Catanduva, Mirassol, Sertãozinho, Borborema, Matão e Bebedouro. No contrato firmado com o DER., compete à Triângulo do Sol a execução e gestão dos serviços delegados, do apoio aos serviços não delegados e dos serviços complementares, pelo prazo inicial predeterminado de 20 anos. Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 16, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão por meio da prorrogação do prazo de concessão por mais 37 meses sem alteração do valor do ônus fixo nem do prazo de pagamento original. Dessa maneira, o período de exploração da concessão será até 18 de julho de 2021.

A Triângulo do Sol concluiu os principais compromissos assumidos de acordo com o contrato de concessão, que está disponível no sítio da ARTESP.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Rodovias das Colinas S.A. ("Colinas")

A Colinas é uma sociedade por ações, situada no município de Salto, Estado de São Paulo, e iniciou efetivamente suas operações em 2 de março de 2000, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem - DER., regulamentado pelo Decreto Estadual nº 41.773, de 12 de maio de 1997. Tem como atividades a operação, as ampliações e a manutenção do Lote 13 - Malha Rodoviária Estadual de ligação entre os municípios de Rio Claro, Piracicaba, Tietê, Jundiaí, Itu e Campinas. O contrato de concessão tem como objetivo a execução, a gestão e a fiscalização dos serviços delegados, dos serviços de apoio aos serviços não delegados e dos serviços complementares, pelo prazo predeterminado de 240 meses, com início em março de 2000.

Em dezembro de 2006, por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 19/06 do Contrato de Concessão nº 012/CR/00, foi autorizada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP a prorrogação do prazo de concessão por mais 100 meses, sem alteração do valor do ônus fixo, bem como do prazo de pagamento original, sendo ampliado o prazo da concessão para 340 meses, com término em 30 de junho de 2028, reconhecido pelo Termo Aditivo e Modificativo nº 18/06.

A Colinas assumiu os compromissos de acordo com o contrato de concessão, que está disponível no sítio da ARTESP.

Contratualmente, as tarifas de pedágio das controladas Colinas e Triângulo do Sol são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ocorrida até 31 de maio de cada ano. Em 26 de junho de 2015, foi celebrado entre a Triângulo do Sol e Colinas e a ARTESP o Termo de Rerratificação aos Termos Aditivos e Modificativos nº 22/11 e nº 25/11, o qual estabelece que a partir de 1º de julho de 2015, para fins de reajuste da base tarifária quilométrica anual, será utilizado o índice de menor variação percentual apurado entre o IGP-M e o IPCA, preservado às concessionárias o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será implementada por meio de aumento do prazo da concessão, a ser formalizado por aditivo contratual.

Reajuste tarifário ARTESP

Em 30 de maio de 2018, foi sancionado a Resolução SLT n. 04, o qual dispõe sobre a isenção de cobrança de eixos suspensos de veículos de transporte de carga que circulam vazios. De acordo com o contrato de concessão da Triangulo do Sol e da Colinas, ambas possuem o direito à recomposição do reequilíbrio contratual na equivalente medida dos impactos financeiros provenientes da aplicabilidade da referida resolução.

Em 26 de junho de 2018, por meio de publicação do DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio em 2,86%, sendo aplicável a partir de 1º de julho de 2018.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Concessionária da Rodovia MG050 S.A. ("Nascentes das Gerais")

A Nascentes das Gerais é uma sociedade por ações, situada no município de Divinópolis, Estado de Minas Gerais, e iniciou suas atividades em 22 de maio de 2007, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Patrocinada para exploração de rodovias, firmado com a Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas do Governo do Estado de Minas Gerais - SETOP e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 43.702, de 24 de janeiro de 2003. A Nascentes das Gerais é uma Parceria Público-Privada de Propósito Específico conforme a Lei nº 11.074/04 e tem como atividade a operação, as ampliações e a manutenção da Rodovia MG-050, trecho de entroncamento BR-262 (Juatuba) - Itaúna - Divinópolis - Formiga - Piumhi - Passos - São Sebastião do Paraíso, trecho de entroncamento MG-050 e BR-265, BR-491, do km 0,00 ao km 4,65, e trecho São Sebastião do Paraíso - divisa MG/SP da Rodovia BR-265, mediante concessão na modalidade patrocinada. O contrato de concessão tem como objetivo a execução e a gestão dos serviços delegados e do apoio na execução dos serviços não delegados e a gestão e fiscalização dos serviços complementares pelo prazo de 25 anos, com início em junho de 2007; as cláusulas contratuais vêm sendo devidamente cumpridas.

Os riscos relacionados à demanda de tráfego da rodovia em relação ao volume projetado no estudo preliminar de tráfego, constante no contrato de concessão, são compartilhados entre as partes na proporção de 50% para a Nascentes das Gerais e de 50% para a SETOP, sendo essas consequências consideradas na determinação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. As variações da receita de pedágio verificadas a maior ou a menor, dentro da faixa de até 10%, são de responsabilidade integral da Nascentes das Gerais, e as variações acima da faixa de 10% são compartilhadas entre a Nascentes das Gerais e a SETOP, conforme antes especificado.

Em 11 de maio de 2017 foi homologada a versão definitiva do TA nº 7 ("TA07") do contrato de concessão. O referido TA tem como objeto a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, por meio principalmente de:

(a) uma atualização do cronograma de execução das intervenções obrigatórias para reequilíbrio econômico-financeiro;

(b) reconhecimento do valor a receber de contraprestação pecuniária mencionados na nota explicativa nº4 e com a respectiva atualização monetária. Este valor será compensado para a conclusão de todos os processos em arbitragem junto ao Poder Concedente (nota explicativa nº10), e demais processos administrativos, bem como regularização dos pagamentos futuros de contraprestação pecuniária no montante de R\$34.647, com base nos acordos vigentes

A Rodovia MG 050 assumiu os compromissos de acordo com o contrato de concessão público-privado, que está disponível no sítio da SETOP. Extintas as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. As concessionárias terão direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos dos prazos das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

As controladas estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2018, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos contratos de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Natureza dos custos	Colinas	Nascentes das Gerais	Total
	Previsão de 2019	Previsão de 2019 a 2028	
Investimentos na infraestrutura	18.026	702.400	720.426
Manutenção e recuperação	116.873	125.256	242.129
Total	<u>134.899</u>	<u>827.656</u>	<u>962.555</u>

As estimativas de investimentos foram calculadas mediante laudo contratado com peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

Investimentos que geram potencial de receita adicional: registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.

Investimentos que não geram potencial de receita adicional: registrados considerando a totalidade dos contratos de concessão e apresentados a valor presente na data de transição.

As concessionárias deverão devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos das estruturas em geral, principalmente do pavimento

2. Base para apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base de mensuração, consolidação, moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, e são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas e da controlada em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Quando necessário, as informações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àsquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Base para apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e de suas controladas relacionadas na nota 1 e foram preparadas de acordo com os seguintes principais critérios:

- a) Eliminação dos saldos entre as empresas consolidadas.
- b) Eliminação dos investimentos entre as empresas consolidadas contra o respectivo patrimônio líquido da empresa investida.
- c) Eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos assumidos na data da transferência de controle da adquirida (data de aquisição). Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A reserva de capital é decorrente do direito de concessão adquirido na combinação de negócios e foi registrada como contrapartida do custo da combinação de negócios excedente à participação da adquirente no valor justo líquido dos ativos adquiridos, passivos e passivos contingentes identificáveis assumidos.

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica a interpretação técnica ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, que requer que o montante excedente ao custo de aquisição da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos adquiridos, dos passivos e dos passivos contingentes assumidos identificáveis da adquirida, na data de aquisição, seja reconhecido como direito de concessão adquirido na combinação de negócios, que é acrescido ao valor contábil do investimento. O valor justo líquido dos ativos adquiridos, dos passivos e dos passivos contingentes assumidos identificáveis que exceder o custo de aquisição é reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas, bem como o valor justo líquido dos ativos e dos passivos, são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritas anteriormente.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Base para apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação da taxa utilizada na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos a valor presente, determinação de provisão para manutenção e investimentos, provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários e cronograma esperado de desembolsos e elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas estão descritas a seguir:

a) Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão patrocinada conforme determinado pela interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito a: (i) aplicação da interpretação do contrato de concessão; (ii) determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível; e (iii) avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão. Os contratos de concessão das controladas receberam o tratamento contábil de ativo intangível devido às características mencionadas na nota explicativa nº 1.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance dessa interpretação técnica, a concessionária atua como prestadora de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Base para apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis—Continuação

b) Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade e de suas controladas avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorre quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação ou melhoria da infraestrutura, que apresente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas no momento da incorporação da construção, tendo como contrapartida o ativo intangível.

Nos casos de contrato de concessão patrocinada, o reconhecimento dos ativos intangíveis segregava, principalmente, os investimentos em dois grupos: investimentos que geram potencial de receita adicional e investimentos que não geram potencial de receita adicional.

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição.

c) Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A amortização é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Base para apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis—Continuação

d) Determinação das receitas de construção

Quando são prestados serviços de construção deve-se reconhecer a receita correspondente pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização da receita de construção, a Administração avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização desses serviços, aos custos de gerenciamento e de acompanhamento da obra e da empresa do Grupo que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

As receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços são contabilizadas seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com o pronunciamento contábil CPC 17 (R1) – Contratos de Construção. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, as controladas reconheceram, como receita de construção, os montantes de R\$ 87.809 e R\$ 194.779, respectivamente, e custo de construção nos mesmos valores.

O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra (“stage of completion”), apurado por meio dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados.

e) Provisão para manutenção e investimentos referente ao contrato de concessão e contrato de concessão patrocinada

A contabilização da provisão para manutenção e investimentos, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa de manutenção do exercício ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, calculado a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Instrumentos financeiros ativos

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Instrumentos financeiros ativos—Continuação

Custo amortizado

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Consistem basicamente em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e maturação por período inferior a 90 dias da data da aquisição.

Contas a receber de clientes e do poder concedente

Apresentadas pelo seu valor de realização na data do balanço, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e efeito irrelevante nas informações financeiras. A Companhia apresenta valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"). A Companhia possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas históricas de perda.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- i - Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- ii - A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Instrumentos financeiros ativos--Continuação

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" ocorrido) e tenham impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

2.2. Ativo intangível

Ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

As controladas reconheceram ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo amortizado, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida linearmente no resultado com base no prazo remanescente de concessão a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida no resultado linearmente com base no prazo remanescente de concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo amortizado, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.3 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Administração revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a perda. As análises são feitas individualmente para cada concessionária e são calculados os montantes recuperáveis dos ativos de cada concessionária com base em seu valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Caso o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.4. Custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

2.5. Instrumentos financeiros passivos

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, debentures, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

a) Classificação de instrumentos de dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou de outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis—Continuação

2.5. Instrumentos financeiros passivos

b) Credor pela concessão

Corresponde preponderantemente às parcelas fixas a serem pagas ao Poder Concedente, ajustadas a valor presente à razão de 5% ao ano, conforme critérios divulgados na nota 1. O montante da obrigação ajustado a valor presente, calculado na época em que as transações se originaram, foi registrado em contrapartida do ativo intangível, em que está registrado o direito de exploração. A reversão do ajuste a valor presente das contas no passivo tem como contrapartida a rubrica “Despesas financeiras”, pelo transcorrer do prazo da concessão.

c) Instrumentos de “hedge”

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com juros e correção monetária das debêntures como “hedge” de valor justo. No início da relação de “hedge”, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto de “hedge” com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de “hedge”. Adicionalmente, no início do “hedge” e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de “hedge” é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “hedge”, atribuível ao risco sujeito a “hedge”. A nota 20 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de “hedge” de valor justo. “Hedge” de valor justo: hedge de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como “hedge” de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de “hedge” atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do “hedge” é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de “hedge”, o instrumento de “hedge” vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de “hedge”. O ajuste ao valor justo do item objeto de “hedge”, oriundo do risco de “hedge”, é registrado no resultado a partir dessa data.

d) Empréstimos e financiamentos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis—Continuação

2.5. Instrumentos financeiros passivos—Continuação

e) Passivos ajustados ao seu valor presente

Para determinados passivos, a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Os passivos sujeitos a ajustes a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- **Provisão para manutenção:** decorrente dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização, quando aplicável, e divididas em ciclos durante o prazo da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes, quando aplicável, é calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação de taxas calculadas pela Administração. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações são preparadas por seus valores reais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável, com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base nos saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, dos riscos cíveis, trabalhistas e tributários, dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis e sobre o ajuste a valor justo gerado na combinação de negócios, conforme a nota explicativa nº 6.

Os tributos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias e os tributos diferidos ativos somente quando for provável que as controladas apresentarão lucro tributável futuro em montante suficiente para sua realização.

2.7. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando se tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até a data do balanço pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados das controladas e controlada em conjunto. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários estão descritos na nota explicativa nº 12. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.8. Passivos ajustados ao seu valor presente

Para determinados passivos a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Os passivos sujeitos a ajustes a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- Provisão para manutenção e investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização, quando aplicável, e divididas em ciclos durante o prazo da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes, quando aplicável, é calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação de taxas calculadas pela Administração. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações são preparadas por seus valores reais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.
- Credor da concessão: decorrentes das obrigações assumidas pelas controladas Colinas e Triângulo do Sol relacionadas ao direito de outorga. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 5% a 6% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros efetiva livre de risco, e deve ser adotada consistentemente desde o registro inicial da concessão até a realização das obrigações.

2.9. Reconhecimento de receita

Receita oriunda da cobrança de pedágio ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

É mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objeto da concessão pelos usuários.

Receita de contraprestação pecuniária

Oriunda do contrato de concessão patrocinada, é paga mensalmente pela SETOP à controlada Nascentes das Gerais visando assegurar as condições necessárias para a continuidade da prestação do serviço aos usuários, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

Receita de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada e nos custos incorridos. O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra, apurado por meio dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.d).

Receita e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e debêntures e passivo com credor pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

2.10. Resultado básico e diluído por ação

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Sociedade pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado nas datas dos balanços.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. Ações potenciais são instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações, como títulos conversíveis e opções, incluindo opções de compra de ações por empregados.

2.11. Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração, que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica "Dividendos a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal. O lucro remanescente, após as destinações estipuladas por Lei, é classificado na rubrica "Lucros retidos" e tem sua destinação decidida em Assembleia Geral Ordinária. Os dividendos a pagar foram classificados no passivo não circulante, pois a Administração não tem a intenção de pagamento dentro do próximo exercício social.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.12. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda estão em vigor

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são divulgadas abaixo. A Companhia pretende adotar essas normas, se for o caso, quando elas entrarem em vigor.

O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1).

Durante 2018, a Companhia efetuou uma avaliação do impacto do CPC 06 (R2). Em suma, espera-se que o impacto da adoção do CPC 06 (R2) não seja significativo.

CPC 48: Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam “somente” pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto” (critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente e entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada. Estas alterações não impactam as demonstrações financeiras da Companhia.

Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda

A Interpretação (equivalente ao ICPC 22) trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32). A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor. Como a Companhia opera em um ambiente tributário multinacional, a aplicação da Interpretação poderá afetar suas demonstrações financeiras. A Companhia ainda estuda os impactos da adoção da nova norma.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e contas bancárias	48	17	9.752	10.131
Aplicações financeiras (*)	-	-	456.738	286.444
Total	<u>48</u>	<u>17</u>	<u>466.490</u>	<u>296.575</u>

(*) As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa sem mudança significativa de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDB com remuneração média de 95% a 102,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

4. Contas a receber de clientes e do poder concedente – consolidado

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Pedágio eletrônico (a)	64.778	63.594
ARTESP - ponto a ponto (b)	61.280	47.523
ARTESP - ressarcimento (c)	6.913	5.791
Contraprestação pecuniária (d)	3.120	-
Outras	2.461	3.508
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.353)	(8.936)
Total	<u>129.199</u>	<u>111.480</u>
Circulante	67.919	63.958
Não circulante	61.280	47.522

- (a) Valores decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio.
- (b) Contas a receber do Poder Concedente da controlada Colinas referente à implantação do sistema ponto a ponto do pedágio, que, devido às perspectivas de recebimento a longo prazo, foram reclassificadas para o ativo não circulante.
- (c) Refere-se à ressarcimentos de evasão de pedágio previstos no contrato de concessão das controladas Colinas e Triângulo que, devido às perspectivas de recebimento a longo prazo, foram classificadas no ativo não circulante.
- (d) Contraprestação pecuniária referente à receita de subvenção, conforme cláusula do contrato de concessão.

Para determinar a recuperação das contas a receber de clientes, a Companhia e suas controladas consideram qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o fim do período. O prazo médio de vencimento, exceto ARTESP e SETOP, é de 30 dias. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Em 1º de janeiro	(8.936)	(1.659)
Adições à provisão no exercício	(1.623)	(7.277)
Reversões no exercício	1.206	-
Em 31 de dezembro	<u>(9.353)</u>	<u>(8.936)</u>

5. Investimentos

Controladora

Em decorrência do processo de reestruturação societária, mencionada na nota 1, a Companhia passou a ser controladora direta da Triângulo do Sol, Colinas, Nascentes das Gerais e Solucionaria, bem como controladora em conjunto da Rodovias do Tietê.

A movimentação do investimento é como segue:

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

5. Investimentos—Continuação

Participação no investimento	Nascentes das Gerais 100%	Triângulo do Sol 100%	Colinas 100%	Rodovias do Tietê 50%	Soluciona 100%	Total
Movimentação						
Saldo em 31 de dezembro de 2016	131.353	730.317	1.569.821	31.103	(154)	2.462.440
Resultado de equivalência patrimonial	(70.636)	99.159	97.869	(17.763)	(275)	108.354 (340.688)
Dividendos distribuídos (a)	-	(172.777)	(167.911)	-	-	()
Aumento de capital em controlada (b)	145.000	-	-	-	-	145.000
Saldo em 31 de dezembro de 2017	205.717	656.699	1.499.779	13.340	(429)	2.375.106
Resultado de equivalência patrimonial	(51.675)	84.443	52.688	(29.422)	3	56.037 (308.092)
Dividendos distribuídos (c)	-	(167.585)	(140.507)	-	-	()
Aumento de capital em controlada (d)	88.353	-	-	-	-	88.353
Saldo em 31 de dezembro de 2018	242.395	573.557	1.411.960	(16.082)	(426)	2.211.404

- (a) Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 20 de abril de 2017 a controlada Colinas aprovou a distribuição de dividendos adicionais no valor de R\$65.000, tendo como base o saldo da rubrica "Reservas de lucros". Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de janeiro de 2017 a controlada Triângulo do Sol aprovou a distribuição de dividendos adicionais no valor de R\$ R\$56.800 oriundos da rubrica "Reservas de lucros" em 31 de dezembro de 2016. Essa mesma Assembleia aprovou a compensação de parte dos dividendos adicionais, no montante de R\$13.000, com o saldo de adiantamento efetuado a controladora referente à prestação de serviços do centro de serviços compartilhados, mencionado na Nota 11. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 20 de abril de 2017 a Triângulo do Sol aprovou a distribuição de dividendos adicionais no valor de R\$73.162, tendo como base o saldo da rubrica "Reservas de lucros". Essa mesma assembleia aprovou a compensação desses dividendos adicionais com o saldo de debêntures a receber da controladora, mencionado na Nota 11.. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de novembro de 2017 a controlada Colinas aprovou a distribuição de dividendos adicionais no valor de R\$56.000, tendo como base o saldo da rubrica "Reservas de lucros". Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 26 de abril de 2018, as controladas Colinas e Triângulo do Sol aprovaram a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2017, nos montantes de R\$ 46.911 e R\$ 42.815, respectivamente.
- (b) Em 22 de junho de 2017 a controlada Nascentes das Gerais realizou Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre aumento no capital social da controlada no montante de R\$5.000, com a emissão de 5.000.000 novas ações nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas no ato, em espécie. Em 25 de abril de 2017, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre aumento no capital social da controlada no montante de R\$20.000, com a emissão de 20.000.000 novas ações nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas no ato, em espécie. Em 13 de janeiro de 2017, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da controlada que deliberou sobre a integralização do capital social remanescente no valor de R\$20.000, integralizado em espécie e aprovou o aumento de capital social em R\$100.000, com a emissão de 100.000.000 novas ações sem valor nominal sendo integralizado o valor total em espécie.
- (c) Em 12 de janeiro de 2018 a controlada Colinas realizou Assembleia Geral Extraordinária, que deliberou sobre a distribuição de dividendos adicionais no valor de R\$70.000, sendo R\$14.158 oriundos do saldo de reserva de lucros retidos e o restante referente a dividendos intercalares declarados pelo Conselho de Administração, com base em balanço patrimonial levantado em 30 de junho de 2017. Em 13 de janeiro de 2018, a controlada Triângulo do Sol realizou Assembleia Geral Extraordinária, que deliberou sobre a distribuição de dividendos no valor de R\$15.000 oriundos da rubrica "Reservas de lucros" em 31 de dezembro de 2017. Em 26 de abril de 2018, as controladas Triângulo do Sol e Colinas realizaram Assembleia Geral Extraordinária, que deliberou sobre a distribuição de dividendos no valor de R\$ R\$113.448 e R\$ 15.000, respectivamente, tendo como base o saldo da rubrica "Reservas de lucros" em 31 de dezembro de 2017. Em 12 de junho de 2018, a controlada Colinas realizou Assembleia Geral Extraordinária, que deliberou sobre a distribuição de dividendos adicionais no valor de R\$ 15.000, tendo como base o saldo da rubrica "Reservas de lucros" em 31 de dezembro de 2017. Em 13 de dezembro de 2018, a controlada Colinas realizou Assembleia Geral Extraordinária, que deliberou sobre a distribuição de dividendos adicionais no valor de R\$ 51.802, tendo como base o saldo da rubrica "Reservas de lucros" em 31 de dezembro de 2017.
- (d) Em 5 de março de 2018, a controlada Nascentes das Gerais realizou Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre aumento no capital social da Companhia no montante de R\$7.353, com a emissão de 7.352.676 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas no ato, em espécie. Em 13 de junho de 2018, a controlada Nascentes das Gerais realizou Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre aumento no capital social da Companhia no montante de R\$15.000, com a emissão de 15.000.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas no ato, em espécie. Em 14 de dezembro de 2018, a controlada Nascentes das Gerais realizou Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre aumento no capital social da Companhia no montante de R\$66.000, com a emissão de 66.000.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas no ato, em espécie.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

5. Investimentos --Continuação

As informações sobre as controladas e controlada em conjunto são como segue:

	Controladas				Controlada em conjunto
	Nascentes das Gerais	Triângulo do Sol	Colinas	Soluciona	Rodovias do Tietê
Participação - %	100	100	100	100	(i) 50
Ativo circulante	86.169	178.096	469.467	3.049	72.272
Ativo não circulante	899.904	1.030.447	1.917.471	714	1.539.697
Passivo circulante	121.925	329.458	663.366	4.188	1.391.533
Passivo não circulante	621.749	521.840	1.209.369	-	252.600
Patrimônio líquido	242.399	357.245	514.203	(425)	(32.164)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(51.671)	156.547	142.463	4	(58.844)

- (i) O prejuízo reconhecido pelo método da equivalência patrimonial que excedeu o valor do investimento, foi aplicado aos demais componentes que constituem a participação e investimento total líquido da Sociedade na controlada em conjunto Rodovias do Tietê, conforme mencionado na nota 9.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram recebidos dividendos no total de R\$ 222.651, sendo, R\$ 170.705 pagos pela controlada Colinas, e R\$ 51.946 pagos pela controlada Triângulo do Sol.

A Companhia possui dividendos a receber no valor de R\$5.785 em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, referentes à controlada Nascentes das Gerais; entretanto, de acordo com o contrato de concessão, a controlada somente poderá efetuar a livre distribuição de dividendos e pagamento de título de participação aos acionistas no exercício seguinte àquele em que tiverem sido atendidas as condições operacionais mínimas da concessão e executadas as intervenções obrigatórias previstas para 2029.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

6. Impostos de renda e contribuição social diferidos

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Na controladora, o imposto de renda e a contribuição social diferidos correspondem ao saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão compostos como segue:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
<u>Ativo</u>		
Prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias:		
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários – nota 13	127.728	73.345
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	194.325	138.224
Obrigações Fiscais	35.517	28.705
Mudança de prática contábil (ICPC 01 (R1) e OCPC 05)	214.764	273.450
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – nota 4	9.353	-
Provisão para manutenção – nota 14	272.788	281.692
Base de cálculo	854.475	795.416
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total dos créditos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias	290.522	270.441
Benefício fiscal sobre concessão incorporada (a)	109.714	133.932
Total do crédito	400.236	404.373
<u>Passivo</u>		
Diferenças temporárias:		
Outros ativos	22.257	-
Ajuste ao valor presente, líquido (b)	6.969	9.069
Encargos financeiros antecipados (c)	28.924	36.782
Instrumentos financeiros derivativos	127.470	160.446
Diferenças entre taxas de amortização contábil e fiscal	258.195	282.339
Juros de debêntures capitalizados	4.255	4.572
Direito de concessão adquirido	1.687.980	1.933.253
Base de cálculo	2.136.050	2.426.461
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total do débito	726.257	824.997
Tributo diferido passivo líquido	(326.021)	(420.623)
Abertura do total líquido apresentado no ativo e passivo não circulante consolidado e por empresa:		
Ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos:		
AB Concessões	16.488	17.536
Colinas	64.919	56.398
Nascentes das Gerais	99.583	73.092
Solucioná	231	229
Triângulo do Sol	66.671	89.428
	247.892	236.683
Passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos:		
AB Concessões (f)	(573.913)	(657.306)
Tributo diferido passivo líquido	(326.021)	(420.623)

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

6. Impostos de renda e contribuição social diferidos --Continuação

- (a) Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o ágio de aquisição das controladas Triângulo do Sol e Colinas. O ágio que originou esse benefício fiscal foi calculado sobre a rentabilidade futura das controladas e será realizado de forma proporcional à amortização fiscal do ágio incorporado que o originou, até o prazo final da concessão.
- (b) Refere-se ao ajuste a valor presente das obrigações com o Poder Concedente (ARTESP).
- (c) Refere-se às deduções de empréstimos, comissões e Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, retidos na liberação dos financiamentos captados para adições ao intangível e debêntures.

Reconciliação dos impostos

O imposto de renda e a contribuição social consolidados líquidos, correntes e diferidos, são reconciliados com a alíquota nominal desses tributos, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	89.431	164.068	133.861	229.898
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(30.407)	(55.783)	(45.512)	(78.165)
Diferenças permanentes:				
Outros ajustes (a)	(773)	6.977	(1.039)	6.408
Resultado de equivalência patrimonial	19.054	36.840	(10.004)	(6.039)
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social	(12.125)	(11.966)	(56.555)	(77.796)
Correntes	(11.078)	(19.750)	(151.157)	(204.125)
Diferidos	(1.047)	7.784	94.602	126.329

- (a) Referem-se a diferenças permanentes e despesas não dedutíveis, entre outras, e diferenças temporárias para as quais não foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

7. Intangível

A movimentação é como segue:

	Consolidado				Total
	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Marcas, patentes e direito de uso de software	Direito de concessão adquirido na combinação de negócios (c)	
<u>Custo</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.741.153	107.157	17.544	3.282.252	6.148.106
Adições	219.720	-	1.462	-	221.182
Reversões	(21.942)	-	-	-	(21.942)
Baixas	(4.538)	-	-	-	(4.538)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.934.393	107.157	19.006	3.282.252	6.342.808
Adições	92.289	-	515	-	92.804
Baixas	(716)	-	-	-	(716)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.025.966	107.157	19.521	3.282.252	6.434.896
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(1.083.570)	(82.168)	(10.022)	(1.103.728)	(2.279.488)
Adições	(153.244)	(4.274)	(2.598)	(245.273)	(405.389)
Baixas	1.260	-	-	-	1.260
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(1.235.554)	(86.442)	(12.620)	(1.349.001)	(2.683.617)
Adições	(184.998)	(3.663)	(2.430)	(245.276)	(436.368)
Baixas	547	-	-	-	547
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(1.420.005)	(90.105)	(15.050)	(1.594.277)	(3.119.438)
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.698.839	20.715	6.386	1.933.251	3.659.191
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.605.961	17.052	4.471	1.687.975	3.315.459
Taxa média de amortização	9,17%	3,66%	20%	13,18%	-

- (a) Refere-se a itens que retornarão ao Poder Concedente quando da extinção da concessão. A amortização é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão.
- (b) Refere-se ao valor assumido para a exploração do sistema rodoviário. calculado a valor presente. A amortização é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão.
- (c) Refere-se à apuração de ajuste do direito de concessão adquirido em combinação de negócios. A amortização é efetuada pelo prazo remanescente de concessão das concessionárias que lhe deram origem.

Análise sobre o valor de recuperação

A Administração da Companhia revisa, em bases anuais, a necessidade de registro de provisão para redução desses ativos ao seu valor de recuperação. Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Administração não identificou a necessidade de se reconhecer uma provisão para perdas no valor de recuperação desses ativos.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

8. Empréstimos e financiamentos

Finalidade	Vencimento final	Taxa média de juros	Consolidado	
			31/12/2018	31/12/2017
Cédula de Crédito Bancário – CCB	Outubro 2018	100% CDI + 3,25% a.a.	-	45.045
Total registrado no passivo circulante			-	-
Total registrado no passivo não circulante			-	45.045

9. Debêntures – Consolidado

Controlada direta	Quantidade emitida unitária	Taxas contratuais (%)	Vencimento final	31/12/2018	31/12/2017
<u>Colinas</u>					
4ª emissão: (**)					
1ª série	57.132	100% CDI + 1,50% a.a.	Outubro/2020	243.793	348.804
2ª série (*)	12.368	100% IPCA + 5,00% a.a.	Outubro/2020	74.265	103.230
3ª série (*)	25.500	100% IPCA + 5,70% a.a.	Abril/2023	381.671	362.700
5ª emissão:					
1ª série	100	CDI a 100% + 2,60% a.a.	Outubro/2020	125.356	125.592
6ª emissão:					
1ª série	15.000	CDI a 100% + 1,85% a.a.	Outubro/2019	135.604	150.659
7ª emissão:					
1ª série	23.000	CDI a 100% + 3,40% a.a.	Outubro/2021	234.576	235.122
8ª emissão:					
1ª série	40.000	CDI a 100% + 2,35% a.a.	Agosto/2021	401.220	-
<u>Triângulo do Sol</u>					
2ª emissão: (**)					
1ª série	32.402	100% CDI + 2,25% a.a.	Abril/2020	103.857	160.144
2ª série (*)	36.705	100% IPCA + 5,4% a.a.	Abril/2020	166.417	250.837
3ª emissão:					
1ª série	11.000	100% CDI + 1,70% a.a.	Janeiro/2019	-	122.345
4ª emissão:					
1ª série	20.000	100% CDI + 3,20% a.a.	Outubro/2019	-	204.371
5ª emissão: (***)					
1ª série	390	100% CDI + 2,20% a.a.	Dezembro/2020	378.482	-
<u>Nascentes das Gerais</u>					
4ª emissão: (**)					
1ª série	260	100% CDI+ 4% a.a.	Junho/2022	261.047	261.094
2ª série	200	100% CDI+ 6% a.a.	Julho/2022	243.047	215.551
Custo de transação				(28.923)	(36.782)
Saldo líquido				2.720.412	2.503.667
Circulante				560.255	412.060
Não circulante				2.160.157	2.091.607

(*) Essas operações estão sendo mensuradas aos valores justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo (Nota 21).

(**) Essas operações não possuem cláusula de repactuação e são garantidas com a alienação fiduciária de 100% das ações de emissão das emissoras; cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos presentes e futuros, decorrentes da exploração das concessões objeto dos contratos de concessão mencionados na Nota 1; e, para as debêntures da controlada Nascentes das Gerais também há garantia em forma de fiança da Companhia.

(***) Em 16 de junho de 2018, a controlada Triângulo do Sol efetuou a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimento final em 15 de dezembro de 2020. O montante total da emissão foi de R\$390.000, sendo 390 debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000, em série única, as quais serão remuneradas pela variação de 100% do CDI mais 2,20% ao ano, cujos recursos foram destinados para o resgate antecipado total das debentures da 3ª e 4ª emissão, bem como o pagamento antecipado integral de Cédula de Crédito Bancário.

Cláusulas restritivas

As debêntures contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros. Em 31 de dezembro de 2018 as controladas não apresentavam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

10. Transações com partes relacionadas

<u>Saldos patrimoniais</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Contas a receber, mútuos e debêntures a receber</u>				
<i>Ativo circulante</i>				
Contas a receber de controladas (a):				
Concessionária da Rodovia MG050 S.A.	8.493	7.564	-	-
Rodovias das Colinas S.A.	4.938	11.366	-	-
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.	9.000	-	-	-
	<u>22.431</u>	<u>18.930</u>	-	-
Dividendos a Receber:				
Rodovias das Colinas S.A.	35.615	65.814	-	-
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.	67.063	42.830	-	-
	<u>102.678</u>	<u>108.644</u>	-	-
<i>Ativo não circulante</i>				
Contrato de mútuo a receber de controlada em conjunto (b):				
Concessionária Rodovias do Tietê S.A.	105.211	93.589	89.129	93.589
Contas a receber de acionista:				
Haulimau Empreendimentos e Participações Ltda (c)	34.647	34.647	34.647	34.647
	<u>139.858</u>	<u>128.236</u>	<u>123.776</u>	<u>128.236</u>
Debêntures a receber:				
Infra Bertin Empreendimentos e Participações S.A. (d)	2.376.944	2.176.383	2.376.944	2.176.383
<u>Contas a pagar, adiantamentos e debêntures a pagar</u>				
<i>Passivo circulante</i>				
Fornecedores de serviços:				
SPEA Ingegneria Europea S.p.a.	311	311	311	311
CSCL Assessoria Empresarial Ltda.	167	167	167	167
Concessionária SPMAR S.A.	-	-	-	6
Autostrade per l'Italia	2.514	1.500	2.514	1.500
Concessionária da Rodovia MG050 S.A.	-	2.647	-	-
Contern Construções e Comércio Ltda.	-	-	596	596
Monte Verde de Lins Empresa Im. Ltda.	-	-	39	39
Adiantamentos:				
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.	-	1.039	-	-
Soluciona Conservação Rodoviária Ltda.	203	137	-	-
	<u>3.195</u>	<u>5.801</u>	<u>3.627</u>	<u>2.619</u>
Total do passivo circulante				
<i>Passivo não circulante</i>				
Debêntures a pagar a controladas (e):				
Rodovias das Colinas S.A.	1.043.410	966.644	-	-
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.	630.917	678.754	-	-
	<u>1.674.327</u>	<u>1.645.398</u>	-	-
Total do passivo não circulante				
<u>Transações</u>				
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receitas de prestação de serviços:				
Concessionária da Rodovia MG050 S.A.	929	3.795	-	-
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.	10.124	8.523	-	-
Rodovias das Colinas S.A.	11.102	9.517	-	-
Autostrade per l'Italia	-	(1.500)	-	(1.500)
Total	<u>22.155</u>	<u>20.335</u>	-	(1.500)
Receitas (despesas) financeiras líquidas:				
Infra Bertin Empreendimentos e Participações S.A.	200.561	247.395	200.561	247.395
Concessionária Rodovias do Tietê S.A.	11.622	12.713	11.622	12.713
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.	(51.052)	(76.134)	-	-
Rodovias das Colinas S.A.	(76.765)	(99.052)	-	-
Total	<u>84.366</u>	<u>84.922</u>	<u>212.183</u>	<u>260.108</u>

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

10. Transações com partes relacionadas--Continuação

- (a) Refere-se a contas a receber de execução de serviços de assessoria e gestão das controladas.
- (b) Refere-se a contratos de cessão de crédito junto a coligada Cibe Participações e Empreendimentos S.A. e a Ascendi International Holding B.V., para a controladora em conjunto, Concessionária Rodovias do Tietê S.A. Os créditos são remunerados a 100% da taxa CDI, acrescida de 0,5% ao mês. Conforme mencionado na nota explicativa n. 5, o prejuízo reconhecido pelo método da equivalência patrimonial que excedeu o valor do investimento foi aplicado ao mútuo a receber da controlada em conjunto Rodovias do Tietê.
- (c) Refere-se ao valor a ser ressarcido pelo acionista de parte dos valores utilizados para liquidação dos processos arbitrais da controlada Nascentes junto ao Poder Concedente.
- (d) Refere-se as debêntures subscritas por suas partes relacionadas que foram incorporadas pela Companhia na reestruturação societária, representadas por quatro séries, sendo a última de 2014. Essas séries são compostas de 45 emissões ao todo que somam R\$1.161.525 em valores nominais. As debêntures são remuneradas a 100% da variação acumulada da taxa CDI, acrescida de juros que variam de 1,6448% a 3,2% ao ano, com previsão de pagamento integral na data de vencimento. Os recursos da emissão das referidas debêntures foram investidos no sistema de concessão do Rodoanel Leste, operado pela SPMAR S.A, operadora concessionária dos trechos sul e leste do anel Mario Covas localizado na região metropolitana de São Paulo.
- (e) Em 29 de junho de 2012 a Companhia emitiu 1.800 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor unitário de R\$500 e valor total de R\$900.000, com vencimento original em 29 de dezembro de 2013. A controlada Colinas adquiriu 800 debêntures, totalizando R\$400.000, e a controlada Triângulo do Sol adquiriu 1.000 debêntures, totalizando R\$500.000. As debêntures da 2ª série passaram a ter seu vencimento em 15 de outubro de 2020. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2018, foi aprovada a proposta de compensação dos dividendos adicionais, com o saldo de debêntures a receber da controladora Triângulo do Sol, com a compensação, no valor de R\$98.889.

Remuneração da Administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o total de remuneração dos administradores foi como segue:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Salários	9.170	9.187
Encargos	2.577	2.500
Outros benefícios	1.407	1.568
Total	13.154	13.255

A Companhia e suas controladas não oferecem benefícios de longo prazo, rescisão de contrato de trabalho, plano de previdência privada nem remuneração com base em participações societárias para os administradores e outros funcionários.

11. Credor pela concessão

Refere ao saldo do ônus da concessão, calculados a valor presente, composto pelos valores devidos ao Poder Concedentes pela outorga das concessões das controladas Colinas e Triângulo do Sol.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas. Os montantes são reajustados pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

O saldo variável da controlada Colinas correspondente a 1,5% da receita de pedágio e 23,5% das receitas acessórias efetivamente auferidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. O saldo variável da controlada Triângulo do Sol correspondente a 1,5% da receita de pedágio e das receitas acessórias efetivamente auferidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

12. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

A Companhia espera que parte dos valores de provisão seja reembolsada, em decorrência dos contratos de seguros contratados, conforme mencionado na nota explicativa n. 22, e reconheceu os valores de reembolso como um ativo separado, no montante de R\$ 25.223.

A movimentação do saldo de provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários é conforme segue:

	Consolidado					
	31/12/2017	Adições	Reversões	Utilizações	Atualizações	31/12/2018
Riscos:						
Cíveis (a)	18.189	42.146	(30.680)	(7.512)	41.599	63.742
Trabalhistas (b)	4.454	51.190	(8.577)	(5.849)	4.413	45.631
Outras contingências (c)	19.635	8.640	(7.527)	(2.548)	564	18.764
Total	42.278	101.976	(46.784)	(15.909)	46.576	128.137

	Consolidado					
	31/12/2016	Adições	Reversões	Utilizações	Atualizações	31/12/2017
Riscos:						
Cíveis (a)	13.545	5.532	(1.343)	(1.782)	2.237	18.189
Trabalhistas (b)	5.069	3.948	(3.748)	(1.184)	369	4.454
Outras contingências (c)	21.040	26.249	(114)	(27.857)	317	19.635
Total	39.654	35.729	(5.205)	(30.823)	2.923	42.278

- (a) Refere-se a casos judiciais, principalmente, a pedidos de indenização por eventos ocorridos nas rodovias, ou discussões judiciais com o Poder Público, inclusive ambientais. O incremento identificado no exercício decorre da tese de responsabilidade objetiva atualmente aceita por parte do judiciário para determinadas situações decorrentes de contratos de serviços públicos.
- (b) Refere-se a pedidos de empregados ou empregados de fornecedores, relativos a horas extras excedentes, adicional de insalubridade entre outros. O incremento identificado no exercício decorre de discussões sobre a responsabilidade decorrente do conceito de grupo econômico e, dentre estes, parte poderá gerar alguma perda para a companhia, em razão de entendimento processual pelo judiciário trabalhista que denegou seguimento para determinados recursos. Tais casos ainda tem recursos pendentes de julgamento pelos tribunais superiores
- (c) Corresponde substancialmente a processos administrativos do Poder Concedente, em razão do gerenciamento dos indicadores contratuais.

Adicionalmente, as controladas são parte em processos cíveis (indenizações por acidentes nas rodovias e ações declaratórias) no valor de R\$139.515 (R\$124.672 em dezembro de 2017), trabalhistas no valor de R\$18.889 (R\$25.977 em dezembro de 2017) e administrativos no valor de R\$41.318 (R\$42.617 em dezembro de 2017) ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus assessores legais, para os quais não foram constituídas provisões. Adicionalmente, a controlada Colinas está envolvida em ação declaratória proposta pela ARTESP e o Governo do Estado de São Paulo, em que se discute a anulação do Termo Aditivo e Modificativo nº 19/06, que, aumentou o prazo de concessão, sendo o risco classificado como possível de perda, de acordo com seus advogados. Em novembro de 2017, o processo foi julgado improcedente em 1ª Instância, mantendo a prorrogação da concessão.

O saldo de depósitos e bloqueios judiciais consolidado é de R\$ 238.584 em 31 de dezembro de 2018 (R\$185.660 em dezembro 2017). O valor de bloqueios judiciais corresponde, principalmente, a processos de natureza trabalhista de terceiros, cujo valor total é de R\$ 176.201, e nos quais as controladas foram envolvidas, apenas, na fase de execução e não figura como responsável (réu) de qualquer ação. A Companhia está adotando todas as medidas cabíveis para reverter o cenário, o qual entende ser equivocados.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

13. Provisão para manutenção e investimentos

A provisão para manutenção e investimentos nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos, substituições, serviços de construção e melhorias. Na provisão para investimentos são considerados os valores até o final da concessão e na para manutenção são considerados os valores da próxima intervenção que ocorrem, em média, a cada quatro anos, sendo ajustada a valor presente à taxa de 6,50% ao ano.

A movimentação do saldo da provisão para manutenção e investimentos é conforme segue:

	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	233.528	84.499	318.027
Adições e atualizações	146.308	10.509	156.817
Utilizações	(103.933)	(7.130)	(111.063)
Reversões (i)	-	(21.942)	(21.942)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>275.903</u>	<u>65.936</u>	<u>341.839</u>
Adições e atualizações	139.770	7.462	147.232
Utilizações	(209.517)	(13.722)	(223.239)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>206.156</u>	<u>59.676</u>	<u>265.832</u>
Circulante	182.318	25.037	207.355
Não circulante	23.838	34.639	58.477
Total	<u>206.156</u>	<u>59.676</u>	<u>265.832</u>

- (i) Com a homologação do TA07 durante o exercício findo em 2017, houve a revisão do cronograma de execução das intervenções obrigatórias para reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, gerando uma reversão de investimentos em rodovias reconhecida contra a rubrica do ativo intangível em rodovias.

14. Patrimônio Líquido

O capital social em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é de R\$738.653 e está representado por 209.254 ações ordinárias sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

	<u>Quantidade de ações subscritas</u>	<u>Participação</u>
Autostrade Concessões e Participações Brasil Ltda.	104.628	50%
Hauolimau Empreendimentos e Participações S.A.	104.626	50%

Reserva de capital

Durante o exercício de 2012, ocorreram transações societárias que resultaram no início das operações da Companhia. No reconhecimento dessas transações foram apurados os valores justos do direito de concessão adquirido na combinação de negócios quando da aquisição do controle da Colinas e Triângulo do Sol, cuja contrapartida foi a rubrica "Reserva de capital" no patrimônio líquido, de forma reflexa, da Companhia.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

14. Patrimônio Líquido--Continuação

Reservas de lucros e distribuição de dividendos

A reserva legal é calculada no fim de cada exercício social, no montante equivalente a 5% do lucro líquido, até o valor máximo estabelecido em Lei (20% do capital social).

O lucro remanescente, após as destinações previstas em Lei e destinação de dividendos mínimos obrigatórios de 25%, é classificado na rubrica "Lucros retidos" e tem sua destinação decidida em assembleia geral ordinária.

Em 26 de janeiro de 2018, a Companhia efetuou o pagamento dos R\$60.000 para a acionista Autostrade do Brasil S.A, deliberados na ata da Assembleia Geral Extraordinária de 29 de janeiro de 2015, quando a distribuição foi aprovada.

15. Receita operacional líquida

A receita é composta conforme a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Receita com arrecadação de pedágio	1.168.584	1.149.872
Outras receitas - contraprestação pecuniária	14.113	11.011
Outras receitas	10.582	22.916
Receita de serviços de construção	87.809	194.779
Receita bruta	1.281.088	1.378.578
Impostos sobre a receita:		
Imposto Sobre Serviços - ISS	(59.073)	(57.526)
PIS	(8.223)	(7.992)
COFINS	(37.951)	(36.888)
Outras deduções	-	(1.545)
Receita operacional líquida	1.175.841	1.274.627

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

16. Custos e despesas por natureza

	Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de depreciação e amortização	(2.927)	(3.164)
Despesas com prestadores de serviços	(6.571)	(6.591)
Despesas com funcionários	(24.344)	(23.852)
Despesas com materiais e equipamentos	(512)	(1.023)
Outras despesas	(2.680)	(1.474)
Constituição de provisão para contingências	(1.047)	-
Outras receitas, líquidas (*)	22.155	20.335
Total	(15.926)	(15.769)
Classificadas como:		
Despesas gerais e administrativas	(38.081)	(36.104)
Outras receitas operacionais, líquidas	22.155	20.335
Total	(15.926)	(15.769)

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de conserva, manutenção e operação das rodovias	(135.231)	(144.030)
Despesas de depreciação e amortização	(437.235)	(406.331)
Despesas com o ônus variável da concessão	(17.298)	(16.912)
Despesas com prestadores de serviços	(36.829)	(36.394)
Despesas com funcionários	(104.484)	(99.627)
Despesas com materiais e equipamentos	(24.671)	(24.352)
Despesas com construção	(75.301)	(194.779)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(7.277)
Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(39.423)	(32.592)
Outras despesas	(45.648)	(26.703)
Outras receitas, líquidas	1.527	1.844
Total	(914.593)	(987.153)
Classificadas como:		
Custo dos serviços prestados	(527.954)	(630.778)
Despesas gerais e administrativas	(388.166)	(358.219)
Outras receitas operacionais, líquidas	1.527	1.844
Total	(914.593)	(987.153)

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

17. Resultado financeiro

	Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras:		
Receita com rendimentos de aplicações financeiras e outras	3	3
Juros com partes relacionadas	212.183	260.108
	212.186	260.111
Despesas financeiras:		
Juros com partes relacionadas	(127.817)	(175.186)
Comissões bancárias e outras	(456)	(329)
Outras despesas financeiras líquidas	(34.597)	(13.113)
	(162.870)	(188.628)
Resultado financeiro	49.316	71.483

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras:		
Receita com rendimentos de aplicações financeiras e outras	22.423	25.897
Juros com partes relacionadas	212.183	260.108
Receitas com instrumentos financeiros - hedge	62.374	102.451
Ônus fixo	5.807	5.726
Outras receitas com operações de instrumentos financeiros	127.555	-
Outras receitas financeiras	321	170
	430.663	394.352
Despesas financeiras:		
Variação monetária do direito de outorga de concessão - ônus fixo	(1.010)	(1.273)
Variação do ajuste a valor presente	(24.501)	(21.124)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e debêntures	(262.359)	(264.979)
Despesas com instrumentos financeiros - hedge	(33.222)	(103.062)
Outras despesas com operações de instrumentos financeiros	(152.328)	-
Comissões bancárias e outras	(2.185)	(4.500)
Outras despesas financeiras	(53.023)	(39.227)
	(528.628)	(434.165)
Resultado financeiro	(97.965)	(39.813)

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

18. Lucro básico e diluído por ação

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício e a média ponderada das ações, utilizados para o cálculo do lucro básico e diluído por ação:

<u>Básico e diluído</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido do exercício	77.306	152.102
Média ponderada de ações durante o exercício	209.254	209.254
Resultado por ação – básico e diluído (em R\$)	369,44	726,88

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação; portanto, o lucro por ação básico e diluído são os mesmos.

19. Informações complementares dos fluxos de caixa

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fornecedor de intangível a pagar	537	(8.170)
Utilização de provisão para investimento na aquisição de ativo intangível	13.722	(7.130)
Capitalização de juros sobre debêntures	-	(5.204)
Transações que não envolveram caixa:		
Contraprestação pecuniária a receber a ser compensada	-	48.152
Contas a pagar – poder concedente	-	405

A Companhia classificou os juros pagos sobre debêntures e empréstimos e financiamentos como um fluxo de caixa das atividades de financiamento, pois os recursos captados consolidados têm sido utilizados pela Companhia e suas controladas para o resgate de debêntures anteriores, no refinanciamento de dívidas e no reforço do seu capital de giro.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

20. Instrumentos Financeiros

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros estão expostos a riscos, sendo importante a avaliação potencial deles. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A estrutura de capital consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

Os objetivos da Administração são de salvaguardar a capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas.

Índice de endividamento

O índice de endividamento da controladora e do consolidado é o seguinte:

	Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
Dívida – partes relacionadas	1.674.327	1.648.045
Caixa e equivalentes de caixa	(48)	(17)
Dívida líquida	<u>1.674.279</u>	<u>1.648.028</u>
Patrimônio líquido	3.045.422	2.987.332
Índice de endividamento líquido	0,55	0,55

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Dívida – debêntures e empréstimos e financiamentos	2.749.335	2.548.712
Caixa e equivalentes de caixa	(466.490)	(296.575)
Dívida líquida	<u>2.282.845</u>	<u>2.252.137</u>
Patrimônio líquido	3.045.422	2.987.332
Índice de endividamento líquido	0,75	0,75

Valor justo dos instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros ao custo amortizado:

O valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se do seu valor contábil a exceção das debêntures e empréstimos, cuja comparação do valor contábil e do valor justo está apresentado a seguir:

	Controladora			
	31/12/2018		31/12/2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures e Empréstimos	<u>1.674.327</u>	<u>1.741.846</u>	<u>1.645.398</u>	<u>1.841.613</u>

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

20. Instrumentos Financeiros--Continuação

	Consolidado			
	31/12/2018		31/12/2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures	2.110.546	2.320.295	1.804.871	1.989.539

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

A seguir são apresentados os saldos de instrumentos financeiros mantidos pela Administração, conforme suas características:

	Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
Ativos	Empréstimos e recebíveis	
Caixa e equivalentes de caixa	48	17
Partes relacionadas – contas a receber, mútuo e debêntures	2.539.234	2.323.549
Outros ativos	1.181	1.028

	Passivos financeiros ao custo amortizado	
	31/12/2018	31/12/2017
Passivos		
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	5.472	9.029
Debêntures com partes relacionadas	1.674.327	1.645.398

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Ativos	Empréstimos e recebíveis	
Caixa e equivalentes de caixa	466.490	296.575
Partes relacionadas – contas a receber, mútuo e debêntures	2.500.720	2.304.619
Contas a receber de clientes e do Poder Concedente	129.199	111.480
Outros ativos	16.292	5.382

	Avaliado ao valor justo por meio do resultado	
	31/12/2018	31/12/2017
Instrumentos financeiros derivativos -hedge	179.423	-
Instrumentos financeiros derivativos	13.143	180.479
Debêntures	622.353	-

	Passivos financeiros ao custo amortizado	
	31/12/2018	31/12/2017
Passivos		
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	75.870	106.299
Debêntures e empréstimos e financiamentos	2.126.982	2.548.712
Credor pela concessão	13.498	33.226
Outras contas a pagar	27.653	26.569

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

20. Instrumentos Financeiros--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos registrados pelo valor justo

As contratações de instrumentos financeiros derivativos têm o objetivo desde a proteção ao risco de variação da inflação de suas debêntures que possuem correção indexada ao IPCA, conforme demonstrado na Nota 9, bem como, a preservação desta variação, a partir de instrumentos derivativos, denominados “offset swaps”, com taxas opostas às dos swaps contratados com o objetivo de proteção (hedge) e foram firmadas com várias contrapartes. Os derivativos avaliados com técnicas de avaliação com informações observáveis de mercado são principalmente “swaps” de taxa de juros.

A Companhia e suas controladas utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros por técnica de avaliação:

- Nível 1: são obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: são obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Nível 3: são os obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2018, as controladas Triângulo do Sol e Colinas mantinham os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo determinados de acordo com o Nível 2, pois consideram outras variáveis na mensuração, e não apenas o preço dos produtos.

A controlada Colinas contratou “swap” para troca de taxa prefixada de 5% a 5,7% ao ano adicional à variação do IPCA, por variação do CDI mais 0,279% a 0,677% ao ano. A controlada Triângulo do Sol contratou “swap” para troca de taxa prefixada de 5,4% ao ano adicional à variação do IPCA, por variação do CDI mais 0,725% ao ano. Essa operação, assim como a dívida (objeto do “hedge”), está sendo avaliada de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo.

Em 5 de março de 2018, a controlada Colinas contratou operações de Swap a fim de preservar, aos atuais níveis, o valor justo dos derivativos contratados em 2013. A controlada contratou Swaps para troca de taxa prefixada de 5,00% a 5,70% ao ano adicional à variação do IPCA (ponta passiva), por variação do CDI mais 10,03% a 22,15% em média ao ano (ponta ativa).

Na mesma data, a controlada Triângulo do Sol contratou operações de swap a fim de preservar, aos atuais níveis, o valor justo dos derivativos contratados em 2013. A Companhia contratou swaps para troca de taxa prefixada de 5,40% ao ano adicional à variação do IPCA (ponta passiva), por variação do CDI mais 26,88%, ao ano, em média (ponta ativa).

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

20. Instrumentos Financeiros--Continuação

A posição desses derivativos em aberto, em 31 de dezembro de 2018, é como segue:

<u>Descrição</u>	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (valor de referência)	Valor de referência (nocial)	Valor justo	Efeito acumulado
					("fair value")	valor a receber (pagar)
					31/12/2018	
<u>Contratos ponta ativa</u>						
<u>Taxa pós</u>						
Banco Santander (Brasil) S.A.	05/03/2018	17/04/2023	CDI + 10,10%	100.000	142.426	42.426
Banco Santander (Brasil) S.A.	05/03/2018	15/10/2020	CDI + 22,17%	24.000	22.637	(1.363)
Banco Santander (Brasil) S.A.	05/03/2018	15/04/2020	CDI + 26,95%	24.250	21.119	(3.131)
Banco Itaú S.A.	05/03/2018	17/04/2023	CDI + 9,98%	157.265	223.276	66.011
Banco Itaú S.A.	05/03/2018	15/10/2020	CDI + 22,21%	32.867	31.014	(1.853)
Banco Itaú S.A.	05/03/2018	15/04/2020	CDI + 26,84%	126.100	109.709	(16.391)
Banco BTG Pactual S.A.	05/03/2018	15/10/2020	CDI + 22,03%	18.000	16.951	(1.049)
Banco BTG Pactual S.A.	05/03/2018	15/04/2020	CDI + 27,01%	31.400	27.360	(4.040)
Total				513.882	594.492	80.610
<u>Contrato ponta passiva</u>						
<u>Taxa pós</u>						
Banco Santander (Brasil) S.A.	05/03/2018	17/04/2023	IPCA + 5,7%	100.000	150.235	50.235
Banco Santander (Brasil) S.A.	05/03/2018	15/10/2020	IPCA + 5%	24.000	23.849	(151)
Banco Santander (Brasil) S.A.	05/03/2018	15/04/2020	IPCA + 5,4%	24.250	22.362	(1.888)
Banco Itaú S.A.	05/03/2018	17/04/2023	IPCA + 5,7%	157.265	236.266	79.002
Banco Itaú S.A.	05/03/2018	15/10/2020	IPCA + 5%	32.867	32.660	(207)
Banco Itaú S.A.	05/03/2018	15/04/2020	IPCA + 5,4%	126.100	116.282	(9.818)
Banco BTG Pactual S.A.	05/03/2018	15/10/2020	IPCA + 5%	18.000	17.887	(113)
Banco BTG Pactual S.A.	05/03/2018	15/04/2020	IPCA + 5,4%	31.400	28.955	(2.445)
Total				513.882	628.496	114.615
Instrumentos financeiros, líquido						(34.005)
Recebimento de instrumento financeiro						9.233
Efeito acumulado no semestre						(24.772)

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

20. Instrumentos Financeiros--Continuação

A posição consolidada desses derivativos em aberto, em 31 de dezembro de 2018, é como segue:

Descrição	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (valor de referência)	Valor de referência (nociona)	Valor justo ("fair value") 31/12/2018	Valor justo ("fair value") 31/12/2017	Efeito acumulado Valor a receber (pagar)	
Contrato ponta ativa (taxa pós):								
Banco Santander (Brasil) S.A.	12/06/2013	15/10/2020	IPCA 5,00%	40.000	23.849	32.801	(8.952)	
	12/06/2013	17/04/2023	IPCA + 5,70%	100.000	150.235	143.183	7.052	
	12/06/2013	15/04/2020	IPCA + 5,40%	50.000	22.362	33.360	(10.998)	
Banco Itaú S.A.	12/06/2013	15/10/2020	IPCA + 5,00%	54.778	32.660	44.919	(12.259)	
	12/06/2013	17/04/2023	IPCA + 5,70%	157.265	236.266	225.176	11.090	
	12/06/2013	15/04/2020	IPCA + 5,40%	260.000	116.282	173.473	(57.191)	
Banco BTG Pactual S.A.	12/06/2013	15/10/2020	IPCA + 5,00%	30.000	17.887	24.601	(6.714)	
	12/06/2013	15/04/2020	IPCA + 5,40%	64.741	28.955	43.196	(14.241)	
Total				756.784	628.496	720.709	(92.213)	
Contrato ponta passiva (taxa pós):								
Banco Santander (Brasil) S.A.	12/06/2013	15/10/2020	CDI + 0,25%	40.000	17.080	24.118	7.038	
	12/06/2013	17/04/2023	CDI + 0,69%	100.000	107.068	109.330	2.262	
	12/06/2013	15/04/2020	CDI + 0,740%	50.000	16.096	24.561	8.465	
Banco Itaú S.A.	12/06/2013	15/10/2020	CDI + 0,294%	54.778	23.405	33.057	9.652	
	12/06/2013	17/04/2023	CDI + 0,669%	157.265	168.087	171.589	3.502	
	12/06/2013	15/04/2020	CDI + 0,716%	260.000	83.676	127.666	43.990	
Banco BTG Pactual S.A.	12/06/2013	15/10/2020	CDI + 0,29%	30.000	12.817	18.103	5.286	
	12/06/2013	15/04/2020	CDI + 0,747%	64.741	20.844	31.806	10.962	
Total				756.784	449.073	540.230	91.157	
Instrumentos financeiros, líquidos a realizar						179.423	180.479	(1.056)
Instrumentos financeiros, líquidos								179.423
Ajuste de valor justo das debêntures (item protegido)								2.085
Recebimento de instrumento financeiro								28.122
Efeito acumulado no resultado do exercício								<u>29.151</u>

A Companhia e suas controladas não possuíam contratos de derivativos embutidos.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

20. Instrumentos Financeiros--Continuação

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da Bolsa de Valores de Mercadorias e Futuros - BM&FBovespa e trazendo a valor presente, utilizando as taxas de DI de mercado para “swaps”, divulgadas, também, pela BM&FBovespa.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros. Durante o período, o “hedge” foi 100% efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros, e, como consequência, o valor contábil das debêntures foi ajustado em R\$15.187 e reconhecido no resultado como despesa financeira no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais e de taxas de juros

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas não apresentavam saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira. A Companhia está exposta a riscos normais de taxas de juros de mercado.

b) Risco de crédito

Esse risco advém da possibilidade de a Companhia e suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Administração mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

As controladas apresentam valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A., conforme descrito na Nota 4, decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”). As controladas possuem carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP. Adicionalmente, a controlada Nascentes das Gerais possui valores a receber da SETOP referentes à contraprestação pecuniária, previstas no contrato de concessão, cujo recebimento depende da negociação com a SETOP, conforme mencionado na Nota 4.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é monitorado por um modelo de gerenciamento que determina as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Administração gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas e linhas de crédito bancário para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa, previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

20. Instrumentos Financeiros--Continuação

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros consolidados não derivativos da Companhia e de suas controladas e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. À medida que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício:

Modalidade	Valor contábil	Juros			Circulante	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 6 anos	Não Circulante	Total
		estimados (i)	Até 90 dias	Mais de 90 dias						
Ativos circulantes e não circulantes:										
Contas a receber	129.199	-	67.919	-	67.919	61.280	-	-	61.280	129.199
Debêntures - partes relacionadas	2.376.944	3.135.234	-	-	-	-	-	5.512.178	5.512.178	5.512.178
Contas a receber - partes relacionadas	139.858	243.502	-	-	-	-	-	383.360	383.360	383.360
Instrumentos financeiros líquidos	179.423	45.311	-	37.670	37.670	83.106	103.959	-	187.065	224.735
Outras contas a receber	16.292	-	-	16.292	16.292	-	-	-	-	16.292
Total	2.841.716	3.424.047	67.919	53.962	121.881	144.386	103.959	5.895.538	6.143.883	6.265.764
Passivos:										
Debêntures - principal (ii)	2.655.261	87.957	-	585.507	585.507	1.609.086	548.625	-	2.157.711	2.743.218
Debêntures – juros	76.127	530.770	7.604	183.904	191.508	205.643	209.746	-	415.389	606.897
Credor pela concessão (iii)	13.498	-	4098	7.701	11.799	1.699	-	-	1.699	13.498
Fornecedores e partes relacionadas	75.608	-	9.666	65.942	75.608	-	-	-	-	75.608
Instrumentos financeiros líquidos	34.005	(98.533)	-	33.106	33.106	(18.776)	(78.859)	-	(97.635)	(64.529)
Outras contas a pagar	27.652	-	1.883	25.769	27.652	-	-	-	-	27.652
Total	2.882.151	520.194	23.251	901.929	925.180	1.797.652	679.512	-	2.477.164	3.402.344

(i) Fluxos de caixa futuros relacionados a taxas variáveis foram projetados com base nos índices de 31 de dezembro de 2018 aplicados e mantidos constantes até os vencimentos dos contratos.

(ii) Amortização de principal e pagamento de juros calculados de acordo com as previsões da escritura das debêntures das controladas Colinas, Triângulo do Sol e Nascentes das Gerais. As amortizações de principal da 2ª e 3ª série da controlada Colinas e 2ª série da controlada Triângulo do Sol tiveram atualização monetária por IPCA, conforme escritura.

(iii) Valores nominais.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

21. Seguros contratados

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas do mesmo ramo.

22. Garantias

A Companhia figura, também, como garantidora das obrigações das apólices de seguro garantia da controlada em conjunto Rodovias do Tietê. O valor máximo garantido pelas apólices é de R\$213.521. As garantias limitam-se a 50% dos valores, percentual de participação da Companhia na controlada.

23. Aprovação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo acionista da Companhia e autorizadas para emissão em 27 de março de 2019.